

# Governo perde apoio na Câmara e Senado

BRASÍLIA — A repercussão negativa das denúncias de fraudes na Previdência Social já provocam problemas para o governo no Congresso, que dificilmente dará apoio parlamentar à proposta de acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, incluída no "Projeto". Também está quase certa a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as irregularidades que teriam causado um rombo de Cr\$ 1 trilhão na Previdência.

Hoje, os presidentes do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), e da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), se reúnem para discutir a formação de uma CPI mista destinada a examinar o assunto paralelamente à ação da Polícia Federal. Trata-se da primeira comissão mista instalada no Legislativo desde a CPI constituída para investigar o acordo nuclear Brasil-Alemanha,

assinado pelo ex-presidente Ernesto Geisel.

Ao pedir ontem a instalação da CPI conjunta, o senador Afonso Camargo (PTB-PR) argumentou que o governo não pode alterar o sistema previdenciário "quando desconhece até a origem do rombo verificado nos seus cofres".

A convocação do ministro do Trabalho e Previdência Social, Antônio Rogério Magri, para depor a respeito do assunto, também foi muito discutida nas duas Casas. No Senado, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que propôs a convocação para que o ministro explique as razões pelas quais o governo classificou como "marajás" supostos beneficiários de superaposentadorias sem fazer antes uma averiguação. Na Câmara, o deputado Jackson Pereira apresentou requerimento pedindo a convocação de Magri e de Romeu Tuma.